

research +

Junho/Julho 2023



Nessa Edição: Gestão de Riscos = modo de sobrevivência ON

Ordem mundial em inflexão: a Gestão de Riscos como exigência estratégica

O aspecto analítico mais importante do acompanhamento sistemático da conjuntura atual é a capacidade de compreender as tendências estruturais de curto, médio e longo prazo que vão se esboçando e têm potenciais variados de consolidação.

Diversos eventos recentes indicam transformações (em processo) significativas que tenderão a impactar as organizações e países. Vemos algumas tendências se desenhando em diversas dimensões: arquitetura do sistema financeiro internacional, alianças geopolíticas, sanções, novo padrão de comércio com pauta ambiental e geopolítica, impulso a inovações tecnológicas, acordos comerciais, entre outros. Tendo como base grandes frameworks que regem organizações em todos os países, nós da Bravo Research consideramos extremamente importante vincular o acompanhamento da conjuntura atual às diretrizes sobre Gestão de Riscos estabelecidas tanto no COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway) quanto na ISO 31000 (norma internacional para Gestão de Riscos criada pela *International Organization for Standardization*).

Isso porque os dois frameworks para Gestão de Riscos mais conhecidos e utilizados — COSO e ISO 31000 — enfatizam que ela é influenciada tanto por fatores internos quanto externos às organizações. Segundo a ISO 31000, um dos princípios é que a Gestão de Riscos seja dinâmica, ou seja, que ela permita “antecipar, detectar, reconhecer e responder” à relativa mutabilidade dos riscos à medida que o contexto externo e interno às organizações muda e, com isso, haja uma modificação do conjunto de circunstâncias.

“Organizações de todos os tipos e tamanhos enfrentam influências e fatores externos e internos que tornam incerto se elas alcançarão seus objetivos.” - ISO 31000:2018

Portanto, para conceber a estrutura (um dos componentes da Gestão de Riscos) de Gestão de Riscos, a ISO 31000 instrui que, além do contexto interno, é preciso compreender o contexto externo à organização (o mesmo vale para o nível dos processos). O contexto externo inclui, entre outros, “fatores sociais, culturais, políticos, jurídicos, regulatórios, financeiros, tecnológicos, econômicos e ambientais, em âmbito internacional, nacional, regional ou local”; “direcionadores-chave e tendências que afetem os objetivos da organização”; “partes interessadas externas”; “relações e compromissos contratuais”; “complexidade das redes de relacionamento e dependências” (ISO 31000:2018, p. 06).

Ainda que não se limite a estes elementos, a ISO chama a atenção, portanto, para a relevância da conjuntura (fatores, direcionadores e tendências) para as partes interessadas externas, a complexidade das relações e os compromissos contratuais. Vale ressaltar que o monitoramento dos riscos envolvidos deve ser feito mesmo que os controles associados estejam ou não sob domínio das organizações.

Esta edição da Research+ busca trazer um apanhado das “tendências e direcionadores-chave” da conjuntura (contexto externo), olhando para os fatores sociais, culturais, políticos, jurídicos, regulatórios, financeiros, tecnológicos, econômicos e ambientais em escala nacional e internacional dentro do universo de Governança, Riscos e Compliance (GRC), ESG e sustentabilidade, para auxiliar no estabelecimento de uma visão do que é necessário acompanhar para termos clareza quanto a:

- Qual é o grau de exposição ao risco de determinada empresa diante das mudanças no conjunto de circunstâncias da conjuntura em suas múltiplas dimensões?
- Quais controles são possíveis diante dessa exposição para mitigar os riscos envolvidos e aproveitar as oportunidades?

Com o intuito de trazer uma abordagem mais palpável e ilustrativa, destacamos a seguir um case bastante básico que conecta estas perguntas às nossas edições da Research+:

BOA LEITURA!



Overview Economia e Política Internacional

01

Na opinião de **Ian Bremmer, CEO do Eurasia Group**, atualmente o mundo passa pela possibilidade de que a próxima ordem mundial seja dominada globalmente pelas grandes empresas de tecnologia. Por causa do monopólio de conhecimento e estrutura digital que possuem, acabam tendo um significativo domínio quanto a questões de defesa, cibersegurança e orquestração de ampla rede de atividades que dependem das tecnologias, possibilitando que ganhem poder político sobre os Estados, especialmente na esfera de segurança nacional. Contudo, este cenário poderia ainda estar vinculado ao embate entre Estados Unidos e China, nos moldes de uma “nova Guerra Fria”, na qual as Big Techs de cada um desses países se aliarão aos governos para engendrar estratégias globais. Tanto no meio acadêmico quanto no mundo empresarial, o debate sobre como será ou quem será o regente das Relações Internacionais do futuro faz-se presente, e cada cenário pode ter impactos diversos sobre setores da economia/empresas e sociedade como um todo.

- A União Europeia apresentou um plano que tem por objetivo a **identificação de riscos à segurança**, visando a proteção da indústria e infraestrutura em áreas estratégicas, como energia, defesa, saúde e computação. A identificação dos riscos seria focada em quatro principais perspectivas: (i) “riscos para a resiliência das cadeias de abastecimento, incluindo segurança energética”; (ii) “riscos para a segurança física e cibernética das infraestruturas críticas”; (iii) “riscos relacionados com segurança tecnológica e a fuga de tecnologia” e; (iv) “riscos de utilização das dependências econômicas como ‘arma’ ou de coerção econômica”.
- Embora tenham expressado a vontade de “estabilizar” as relações entre Estados Unidos e China, ambos os governos continuam impondo restrições ao comércio de produtos relacionados à cadeia produtiva de semicondutores e chips. A International Renewable Energy Agency (IRENA) lançou novo relatório sobre geopolítica e materiais críticos, o **“Geopolitics of the Energy Transition: critical materials”**. Devido às diferentes características entre o recurso energético fóssil e os materiais críticos, a agência aponta que problemas de oferta destes últimos gerariam mais efeitos ameaçadores sobre a transição energética verde do que efeitos ameaçadores quanto à segurança energética, não impactando os preços atuais de energia.
- Em todas as transições hegemônicas da história do capitalismo, a capacidade de impor e ditar as regras do regime monetário internacional sempre foi um dos fatores-chave de transformação. Há algumas edições da Research+, temos apontado movimentos cada vez mais frequentes que podem implicar a ‘desdolarização’ da economia internacional. As articulações promovidas pela China, Rússia e, mais atualmente, pelo Brasil e Argentina, entre outros movimentos da Arábia Saudita e Emirados Árabes, vêm desenhando tendências nascentes relevantes neste sentido. Esse movimento já está em marcha e uma confirmação é a venda de 65 mil toneladas de gás liquefeito dos Emirados Árabes Unidos pela francesa TotalEnergies para a estatal chinesa CNOOC; pela primeira vez, uma empresa ocidental aceitou receber em yuans, ou renminbi, como é chamada tecnicamente a moeda chinesa, por uma exportação de gás natural liquefeito para a China.
- Como lidar com estas tendências na Gestão de Riscos? Geralmente, as empresas consideram a categoria de riscos geopolíticos para lidar com algumas questões correlacionadas, mas, a depender de cada empresa, as categorias podem ser criadas partindo de análise sistemática sobre quais pautas e por quais movimentos as empresas estariam mais expostas às transformações e fatos da economia política internacional.



Overview Economia e Política Internacional

02

No final de semana do dia 24 de junho, a Guerra na Ucrânia pode ter alcançado um novo marco em sua dinâmica. Ancorando-se amplamente no Grupo Wagner, uma empresa privada de guerra, agora, contando com aproximadamente 25 mil soldados sob seu comando em território ucraniano, a Rússia e o mundo passaram por um momento de tensão quando o líder desse grupo, levguêni Prigojin, deu ordens para que tanques tomassem pontos estratégicos na cidade russa de Rostov. Segundo o pentágono, entretanto, após esta evidência de vulnerabilidade, a Rússia procurou diminuir sua dependência quanto a tal método de se fazer guerra, pois o grupo Wagner já não mais estaria envolvido com a Guerra na Ucrânia. É provável, portanto, que a Rússia passe a ter seus próprios contingentes de Estado, profissionais envolvidos diretamente em campo de batalha, o que poderia causar maior resistência da opinião pública face à legitimidade da guerra, sendo uma possível fonte de desestabilização interna. Da mesma forma, com base no discurso de Putin, vemos sinais de que a Rússia não sairá da Ucrânia a menos que seus objetivos sejam alcançados. Por outro lado, vemos a Ucrânia insistindo por sua entrada na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a continuidade da ajuda financeira e militar nessa relação, o que vai diretamente contra o objetivo mais imediato de Putin: rechaçar, justamente, a entrada da Ucrânia na OTAN e inviabilizar a militarização espacial da região ucraniana de Kiev. Ainda neste bimestre, nova escalada das tensões ocorreram também devido ao evento que fez explodir uma ponte que liga Rússia e Criméia, anexada pelo governo russo em 2014.

- Tanto a Ucrânia quanto a Rússia são dois dos maiores exportadores de grãos do mundo, e a saída marítima via Mar Negro é a chave no escoamento das exportações. Com a eclosão da guerra, os preços dessas commodities elevaram-se no mercado internacional e em diversos países, especialmente africanos, afetados pela escassez, enquanto outros foram impactados pela elevação dos preços dos alimentos e aceleração da inflação. Em vista destas consequências, foram feitos esforços bem-sucedidos para a assinatura de um acordo entre os beligerantes, intermediados pela ONU e pela Turquia, a fim de garantir o escoamento dos grãos. Contudo, a explosão de uma ponte que dá acesso à Criméia, coincidindo com o vencimento do acordo em julho, implicou na não renovação das garantias por parte da Rússia. A interrupção do cumprimento do acordo de transporte de grãos pode ter potencial para gerar um novo aumento dos preços dos alimentos nos mercados internacionais, dependendo da capacidade relativa de os demais envolvidos darem continuidade à logística.

- Em Cúpula da OTAN, mesmo diante das críticas e da pressão do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, a Ucrânia ficou, até o momento, sem seu convite para acessar a Organização criada em 1949 como reação à ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial. Os países concordaram em apoiar a Ucrânia, mas ainda não vincular através de um tratado de maior envergadura. A Finlândia tornou-se membro neste ano. A Suécia também está em preparação para sua entrada. A chegada da Finlândia representa o fechamento da fronteira a Noroeste. Desse modo, na região de fronteira acima do Mar Negro, apenas a Bielorrússia, parceira estratégica da Rússia, e a Ucrânia apresentam-se como espaços não permeados pela vinculação formal à OTAN.

03

Cúpula para Novo Pacto Financeiro Global: sob iniciativa de Emmanuel Macron, presidente da França, a cúpula discutiu a Reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos bancos multilaterais de desenvolvimento, as dívidas dos países economicamente frágeis, a "taxação do comércio marítimo" e o aumento da "mobilização do setor privado".



Overview Economia e Política Internacional

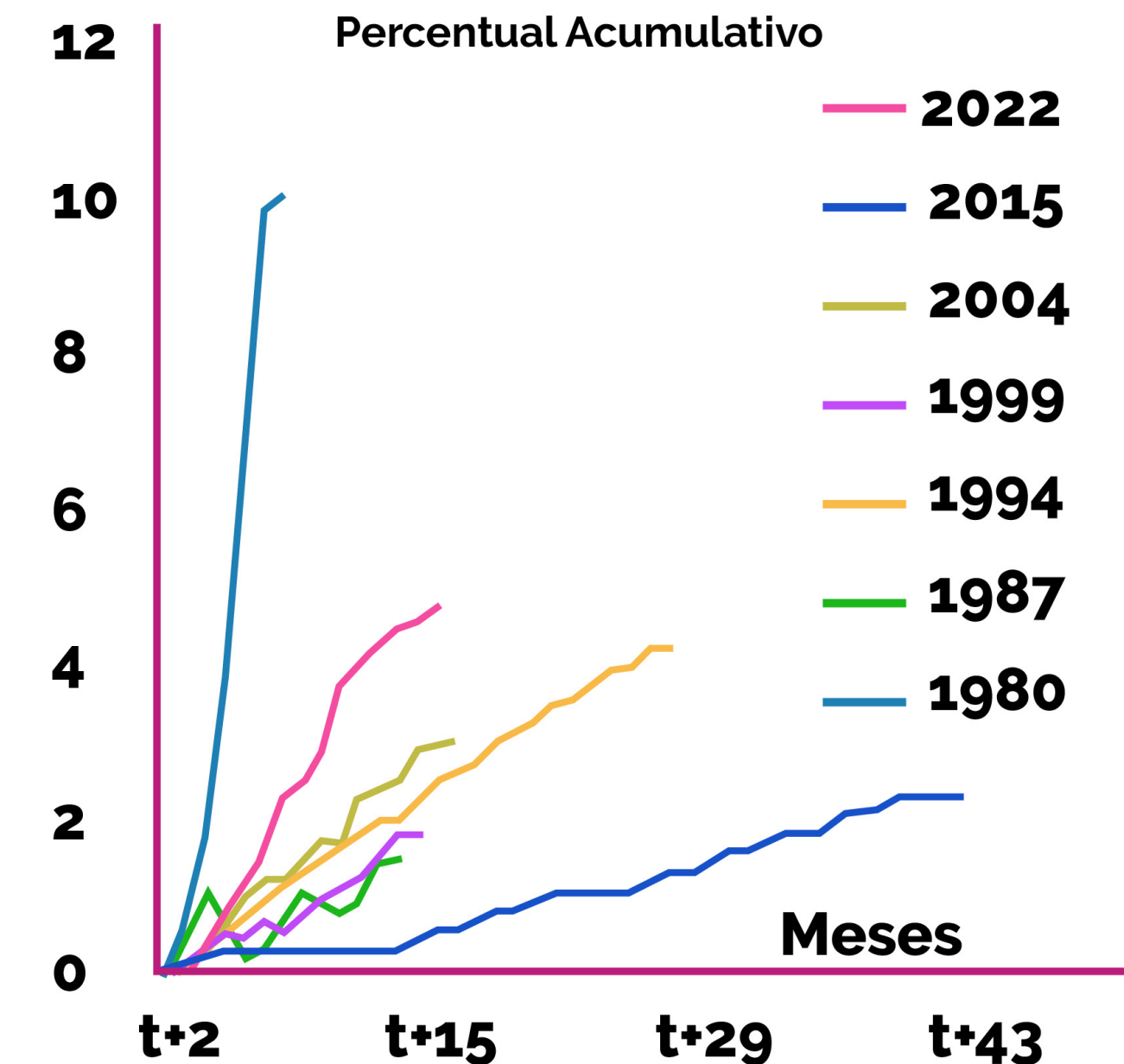
04

Na reunião do dia 26 de julho, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos (Fed), também conhecido como Banco Central dos EUA, decidiu aumentar a taxa de juros em 0,25 p.p. para a faixa entre 5,25 e 5,50. Na reunião anterior, o Fed havia decidido manter a taxa de juros inalterada.

- **Estados Unidos:** a minuta da decisão da reunião de junho indicou o modesto desempenho do PIB no segundo trimestre face à performance mais forte do primeiro trimestre. Os fatores que explicaram o movimento mais modesto, segundo a minuta, foram o desempenho da taxa de abertura de postos de trabalho e turnover, que permaneceu a mesma na comparação entre os dois primeiros trimestres do ano e abaixo da taxa de um ano atrás. Outro importante dado destacado se refere à desaceleração da expansão das compras privadas domésticas na comparação entre os dois primeiros trimestres do ano. Além disso, o enfraquecimento das exportações em relação às importações pesou, já que no primeiro trimestre o desempenho das exportações contribuiu positivamente para o crescimento do PIB. A desaceleração da economia mundial no segundo trimestre também foi um fator apontado. Do outro lado da balança, o alívio da intensidade na elevação dos preços contribuiu como contraparte à busca da meta de 2%, apesar de a taxa de inflação ainda estar elevada e acima do objetivo. A minuta da reunião de junho apontou projeção para a inflação em 3% em 2023. Mas o que fez a diferença nesta última reunião de 26 de julho? Na reunião, as projeções não indicavam mais uma recessão este ano nos Estados Unidos, justificando, destarte, a decisão de elevar a taxa de juros. Em resposta a um jornalista, Jerome Powel, presidente do Fed, disse: “So, the staff now has a noticeable slowdown in growth starting later this year in the forecast, but given the resilience of the economy recently, they are no longer forecasting a recession”. Na reunião de junho, a minuta indicou a possibilidade de recessão, embora sem um caráter severo; já nesta última conferência de imprensa para informar a decisão do Federal Open Market Committee (FOMC), a projeção modificou-se, revelando que pode ter sido um fator de peso.
- **União Europeia:** na última decisão do dia 27 de julho, o Banco Central Europeu (BCE) aumentou a taxa de juros em 0,25 p.p. para as três categorias diretoras: (i) operações de refinanciamento atinge 4,25%, sendo o maior nível dos últimos 15 anos; (ii) facilidade permanente de cedência de liquidez atinge 4,5%; (iii) facilidade permanente de depósito atinge 3,75%, sendo o maior nível dos últimos 22 anos. A decisão foi embasada na expectativa de que a inflação permaneça alta durante um tempo considerável, estando ainda longe de alcançar a meta de 2%.

- **Histórico:** conforme mostra o gráfico a seguir, do Banco Mundial, publicado no seu *flagship report* “Global Economic Prospects”, o atual ciclo foi o segundo mais rápido desde a década de 1980, após a decisão do então presidente do Fed, Paul Volcker, em 1979, de aumentar as taxas dos juros — chegando a 20% —, depois de a década de 1970 ter sido marcada por dois choques do petróleo e pelo contexto inflacionário. O ciclo de elevação de 2004, que precedeu e foi um dos fatores responsáveis pela crise financeira de 2008 e 2009, foi o terceiro mais veloz do período. Demorou cerca de três a quatro anos para o estouro da crise financeira nos Estados Unidos; por isso, é importante fazer o acompanhamento de indicadores de risco que podem revelar tendências na direção da eclosão de outra crise financeira. Mas aqui devemos fazer algumas diferenciações de contexto histórico-econômico e avaliar os impactos em cada setor.

Taxa de fundos federais em ciclos de caminhada



Fonte: Banco Mundial. Perspectivas econômicas globais, junho de 2023



Overview Economia e Política Internacional

05

As negociações envolvendo o texto final do Acordo Mercosul e União Europeia e a Cúpula União Europeia e Comunidade Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) têm importantes semelhanças, porque este último teve peso simbólico de ajustes finos de tom. Os cuidados têm sido relativos a não estabelecer em moldes modernos relações “colonializadas”, nas quais os países da Celac e do Mercosul teriam papel de meros exportadores de alimentos e matérias-primas. O Acordo Mercosul-União Europeia, que teve aprovação dos pilares políticos e de cooperação em 2019/2020, passa atualmente pela fase de revisão jurídica e pendências a serem aprovadas, precisando ainda ser resolvidas novas exigências colocadas na mesa, entrando efetivamente em vigor após as respectivas aprovações internas a cada parte. A questão é que este processo de revisão e aprovação de texto final para assinatura está ocorrendo em meio a drásticas mudanças dos ventos internacionais, tanto com a pandemia e com o peso da Guerra na Ucrânia, quanto com a emergência da pauta ecoambiental e, em especial, com o peso dos compromissos firmados no Acordo de Paris (assinado em 2015 durante a COP21). A União Europeia está exigindo metas de desmatamento maiores do que aquelas previstas no Acordo de Paris. Em resposta, o Brasil pede a classificação dos Países do Mercosul como de baixo risco e ainda mecanismos de compensação caso as suas exportações sejam impactadas pela regulamentação europeia que visa combater o desmatamento. A compensação viria para aumentar as exportações de outros produtos de forma equivalente ao aumentar a cota de importação como contrapartida. O Acordo entre Mercosul e União Europeia é abrangente, passando por tarifas, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, defesa comercial, salvaguardas bilaterais, defesa da concorrência, facilitação de comércio e cooperação aduaneira, compras governamentais, propriedade intelectual, subsídios, empresas estatais, pequenas e médias empresas, comércio e desenvolvimento sustentável, entre outras.



Overview Economia e Política Internacional

06

Em julho, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) publicou a edição de 2023 do seu relatório sobre investimentos internacionais, o *World Investment Report*, de subtítulo “*Investing in sustainable energy for all*”. A seguir, trazemos alguns dos principais *insights*:

- **Os Investimentos Diretos Externos (IDEs) somaram US\$ 1,3 trilhão de dólares em 2022, uma queda de 12% em relação a 2021.** A retração foi causada principalmente pela redução nos fluxos para os países desenvolvidos e de transações financeiras.
- De 2015 até 2022, o IDE caiu de um patamar de US\$ 2 trilhões de dólares para US\$ 1 trilhão, ou seja, uma redução de aproximadamente 50%.
- Houve quedas no número de acordos internacionais de investimento assinados: após atingir o ponto mais alto entre 1990-1999, com 1.285 assinaturas, e 1.159 entre 2000-2009, entre 2010-2022 as assinaturas não passaram de 539.
- O relatório chama atenção para o fato de que os investimentos nos setores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tais como água, saneamento, educação, saúde e sistemas agroalimentares, estão aquém do crescimento de investimentos verificados em energia renovável, que também é diretamente ligado aos ODS, tendo triplicado desde 2015 (ano de assinatura do Acordo de Paris). Contudo, o aumento foi direcionado majoritariamente para os países desenvolvidos. Embora o crescimento desde 2015 destes outros setores dos ODS seja tímido, alguns setores, como infraestrutura, energia, água, saneamento, educação, saúde e sistemas agroalimentares, tiveram maiores investimentos em 2022 nos países em desenvolvimento do que em 2021. Ainda assim, o hiato de investimento necessário nos setores dos ODS aumentou de US\$ 2,5 trilhões para US\$ 4 trilhões no mundo (principalmente, energia, água, infraestrutura e transporte), sendo que 30 países em desenvolvimento ainda não receberam investimentos para projetos em energia renovável, pois enfrentam o obstáculo do custo de capital, bem como, do acesso a tecnologias.
- Investimentos *greenfield* tenderão a ter mais força do que M&A (Fusões e Aquisições). Em 2022, os projetos *greenfield* aumentaram 15% em relação a 2021. O número de projetos de investimentos *greenfield* anunciados em 2022 nos países em desenvolvimento aumentou 37%. Na África, o aumento foi de 39%.
- O mercado de finanças sustentáveis atingiu US\$ 5,8 trilhões de dólares em 2022.
- Aumento dos investimentos na cadeia de suprimentos da energia renovável: materiais críticos, componentes da energia solar e eólica (em 2022, a produção de baterias triplicou) cresceram para mais de US\$ 100 bilhões.
- Aumento dos investimentos na América Latina para commodities.
- Aumento de 37% no número de países que fizeram políticas de screening ancoradas no objetivo de segurança nacional, representando metade das políticas criadas que não favorecem os investimentos (boa parte nos países desenvolvidos). Já o número de políticas criadas favoráveis aos investimentos alcançou um total de 102 em 2022, equivalendo a 72% do total de políticas.
- Em 2022, os subsídios para fontes fósseis foram maiores do que para energias renováveis (8x mais).
- 2022 foi o terceiro ano seguido em que a assinatura de acordos de investimento ficou abaixo dos acordos findos. No ano passado, os países assinaram 15 novos acordos, mas 58 outros perderam validade. Atualmente, existe um total de 2584 acordos em vigor, a maioria dos quais não prevê conexão com “imperativos de sustentabilidade”.



Overview Economia e Política Internacional

07

A devolução do fóssil brasileiro *Ubirajara jubatus* ocorreu em 07 de junho, após ter sido levado ilegalmente para a Alemanha, e **põe fim a uma disputa entre os governos brasileiro e alemão**. Os fósseis encontrados em território brasileiro são legalmente considerados patrimônio nacional desde 1942; há, portanto, proibição de venda, além de diretrizes e regras para retirada temporária do material arqueológico do país. O *Ubirajara jubatus* foi encontrado em 1995 na região da Bacia do Cariri, no Ceará, e foi levado no mesmo ano para a Alemanha em desacordo com a legislação brasileira, sob a justificativa de subsidiar a elaboração de um artigo científico. Desde 12 de junho, o fóssil está disponível no Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nunes, da Universidade Regional do Cariri (CE), que fica na mesma região e no mesmo bioma habitado pelo animal. **O Brasil também receberá de volta, até o final de 2023, o Manto Tupinambá**, que era usado em ocasiões formais, como assembleias, enterros de pessoas queridas e rituais antropofágicos, que eram as celebrações mais imponentes promovidas pelo povo Tupinambá no período colonial. A relíquia sagrada está na Europa, no museu nacional da Dinamarca, desde o século XVII. A pirataria e o contrabando de artefatos arqueológicos ainda existem e causam embaraço aos envolvidos, porém a restituição de artefatos pilhados ou traficados aos governos ou povos a quem pertencem de direito, tem sido um dos pilares de reparação histórica praticada por nações que já foram dadas ao colonialismo e ao neocolonialismo.



Overview Economia e Política Brasileira

01

Você já parou para analisar como a reforma tributária pode afetar o seu ambiente de riscos e oportunidades? Aprovada na câmara dos deputados no dia 07 de julho, a proposta de reforma tributária (PEC45/19) prevê a centralização dos impostos em **um único, dual, Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, que passará a substituir o Programa de Integração Social (PIS), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto Sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

- A reforma prevê a isenção do **IBS (estadual e municipal) e CBS (federal)** para produtos da cesta básica nacional de alimentos, além de isenção de 100% ou 60% das alíquotas para os setores de serviços de educação e saúde, medicamentos e equipamentos médicos, transporte coletivo de passageiros, insumos agropecuários, produções artísticas e culturais e alimentos para consumo humano.
- Um dos pontos da adaptação (isto é, regras que funcionarão durante um período pré-determinado até o cenário exclusivo do arranjo tributário) é a possibilidade de **criação do Imposto Seletivo**, que deverá incidir sobre a **produção, comercialização ou importação de bens e serviços que têm efeitos negativos sobre a saúde ou o meio ambiente**. Outro ponto que terá efeitos benéficos quanto à ótica do meio ambiente é que a proposta prevê a **criação do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas**.
- A proposta passará ainda pelo Senado.

02

Três destaques importantes na esfera econômica: o aumento das Reservas Internacionais e o aumento da nota do Brasil pela agência de rating S&P. Decisões do Banco Central: na reunião de junho, manteve a taxa de juros de referência inalterada em 13,75% a.a. Já na reunião de agosto, o BC decidiu reduzir a taxa Selic para 13,25%.



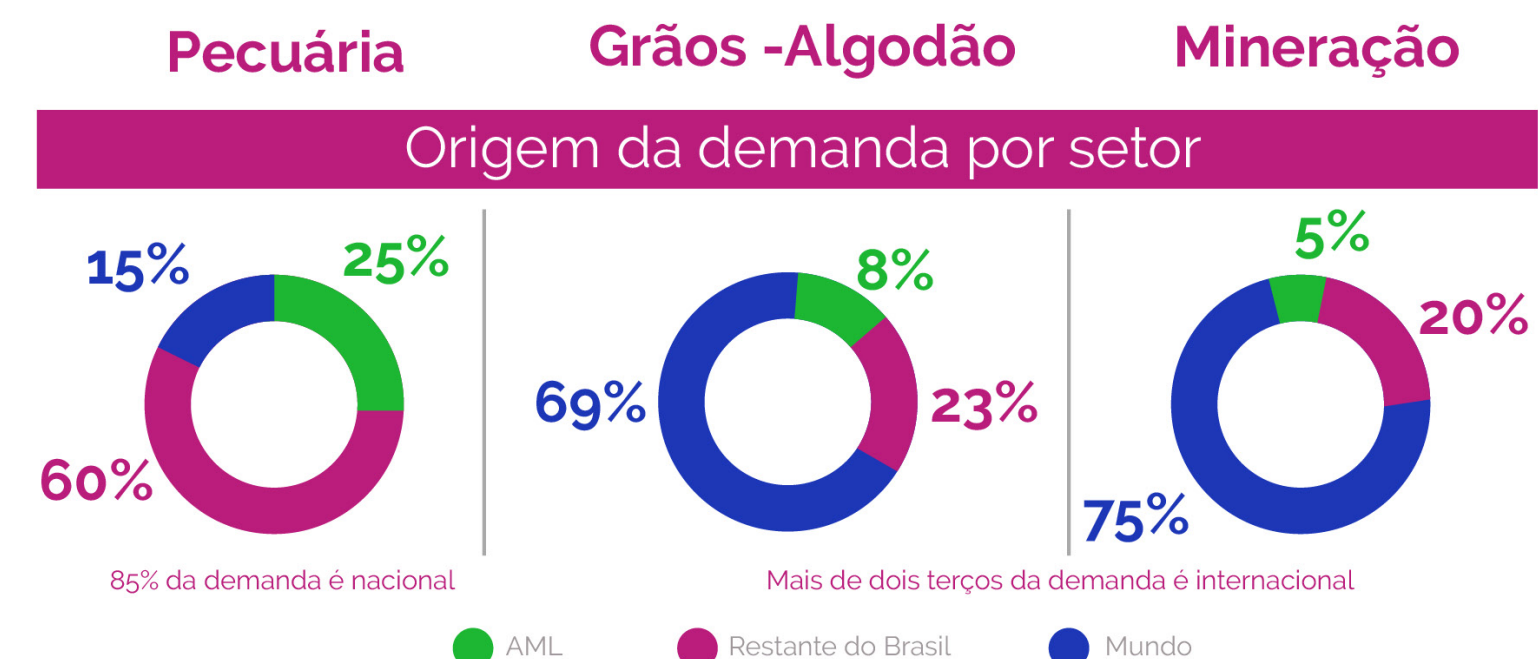
Overview Economia e Política Brasileira

03

Nova Economia da Amazônia: o World Resources Institute Brasil (WRI Brasil) publicou um importante estudo em junho, intitulado “Nova Economia da Amazônia”. Elaborada por mais de 70 especialistas, a pesquisa foi norteada pela seguinte pergunta: “Como colocar a Amazônia Legal em uma trajetória de descarbonização, transformando a economia da região para que ela cresça, gere oportunidades, valorize as culturas locais e os ativos ambientais, combatendo a desigualdade e os desmatamentos?” (p. 11, prefácio do estudo). O estudo apurou que será necessário ao Brasil ter um saldo de emissões de, no máximo, 7,7 Gt CO₂ entre 2020-2050 para que seja possível cumprir as metas do Acordo de Paris e conter a temperatura em 1,5 grau Celsius. Para o caso da Amazônia Legal, este saldo teria que ser de no máximo 1,4 Gt CO₂, portanto, o que exigiria uma redução de 96% em relação ao que foi observado nos últimos 30 anos. A Amazônia Legal corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro, tem a maior diversidade do planeta e concentra ainda a maior reserva de água doce, sendo que a Nova Economia iria aproveitar este potencial ao ponto de adicionar, até 2050, R\$ 48 bilhões de reais ao PIB da região ao ano, 312 mil empregos, 81 milhões de hectares florestais e 19% de estoque de carbono. O investimento necessário seria da ordem de R\$ 2,56 trilhões.

- Gerar trabalho, renda e arrecadação, aliada à preservação ambiental e atendendo as expectativas mundiais e científicas, na região amazônica não é tarefa fácil. Especialmente quando a população local não vê a floresta como vetor de desenvolvimento econômico sustentável, e quando o desmatamento entra para o radar de organizações criminosas exógenas (conforme Relatório Mundial sobre Drogas 2023, publicado na primeira quinzena de junho pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime — UNODC, na sigla em inglês). É o que aponta o Secretário estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, no bojo das tratativas da aprovação da cidade de **Belém como sede da COP 30, ao afirmar que com menos de 20% da capital ligada à coleta e ao tratamento de esgoto, a realidade é que a população do estado não reconhece a região como relevante na agenda climática e não reconhece a agenda climática como relevante por conta da realidade de pobreza, falta de educação e de oportunidades.** Foi também o que disse **Indira Gandhi**, ex-primeira-ministra da Índia, em junho de 1972, 51 anos atrás, durante a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas, em Estocolmo, quando cunhou a frase que se tornaria mundialmente famosa e sempre atual: **“O pior tipo de poluição é a pobreza, a falta de condições mínimas de alimentação, saneamento e educação”.**

Análise dos desmatamentos e emissões por setores e origem da demanda da AML



Participação no PIB da Amazônia Legal em 2015 (a preços de 2020)

R\$ 104 bi

R\$ 103 bi

R\$ 39 bi

Hectares de desmatamento a cada R\$ 1 milhão adicionado pela economia da AML

58 ha

2 ha

0,01 ha

Emissões anuais

747 MtCO₂

58 MtCO₂

1,2 MtCO₂

Nota: Resultados deste estudo.
Fonte: World Resources Institute Brasil (WRI Brasil)



Overview Economia e Política Brasileira

04

Estagnação no mercado automotivo: dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) apontam **diminuição de 20,4% na comparação com o mesmo período de maio**; a média até o dia 19 de junho é de 6.285 unidades vendidas por dia, incluindo veículos leves e pesados. Essa queda na demanda de novos veículos afeta a geração e manutenção de emprego e a geração de renda, além do volume de arrecadação nas três esferas da administração pública. A Volkswagen parou a produção nas fábricas de São José dos Pinhais (PR), São Bernardo do Campo e Taubaté (SP) entre a última semana de junho e a primeira de julho, para equilibrar estoques altos e capacidade fabril ociosa. Embora o incentivo tributário governamental seja recente, e pode ainda não ter seus efeitos percebidos nos números do setor, a estagnação no mercado automotivo vem se repetindo nos últimos anos, e indica que o fomento setorial através de dinheiro público deveria ser mais bem avaliado. O futuro do mercado está na motorização livre da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). **A eletrificação da frota é para onde os investimentos têm se voltado**; a montadora chinesa quer trazer para o Brasil, através da iminente compra das fábricas da Ford na Bahia, um ecossistema voltado à eletrificação, e não apenas à produção de carros híbridos e elétricos.



Governança Global

01

Acordo sobre Transporte Marítimo: 80% do comércio internacional ocorre pelos mares. Por outro lado, o setor de transporte marítimo representa apenas 3% das emissões de GEE. Com esse dado em mente, podemos compreender porque a elevação dos custos do transporte marítimo afeta diretamente o sistema global de preços das mercadorias, a exemplo do que ocorreu no contexto da pandemia e com a eclosão da Guerra na Ucrânia — com a interrupção de rotas importantes, gerando impacto no fornecimento de grãos e fertilizantes, tendo inclusive sido necessária a assinatura de acordo entre Ucrânia e Rússia para possibilitar o transporte marítimo dos grãos que saem da Ucrânia (grande exportador) no Mar Negro, chamado de “*Black Sea Grain Initiative*”, com importante papel da Turquia e da própria Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Segundo dados da Unctad, os custos do transporte marítimo tiveram uma alta exponencial a partir de junho de 2020, chegando a um pico em janeiro de 2022 e, desde então, apresentando uma trajetória de retorno para os custos observados entre 2018-2019, quando o custo do frete variou entre US\$ 600 e US\$ 900. No pico de janeiro de 2022, o custo do frete atingiu mais de US\$ 5.000, para se ter uma ideia. Em novembro de 2022, o custo já tinha caminhado boa parte da trajetória de redução, atingindo US\$1.200, isto, ao menos, do ponto de vista do conjunto, porém algumas rotas continuam com fretes bastante altos em relação aos preços praticados na pré-pandemia. O preço do frete (de caráter spot) na rota China-América do Sul (porto de Santos) aumentou de US\$ 2.000 em 2019 para US\$ 6.000 em dezembro de 2020. Em dezembro de 2021, chegou a atingir US\$ 10.196. Estes dados são do *Review of Maritime Transport 2022 (2023)*, publicado pela Unctad. Algumas conclusões deste relatório podem ser destacadas: há três movimentos ocorrendo, sendo que (i) a frota está ficando obsoleta (21,9 anos em média, enquanto em 2012 essa média era de 19 anos), enquanto o crescimento do serviço de transporte marítimo tem desacelerado; (ii) não há um ritmo rápido de construção/produção de novas frotas; (iii) há aumento das emissões de CO₂.

- Os Estados Membros da Organização Marítima Internacional revisaram sua estratégia de redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Agora, a meta é atingir o status *net-zero* até 2050, sendo necessário melhorar a eficiência energética paralelamente à descarbonização e adoção de tecnologias de emissões zero ou quase zero. O novo acordo também prevê “Pontos de Verificação Indicativos” ao longo do tempo como espécie de controle para o alcance da meta maior, sendo estes a redução em 20% até 2030 tendo como base o ano de 2008, e redução em 70% até 2040. Entre 2016 e –2018, apenas China, Japão e Coreia foram responsáveis pela construção de 90% dos navios da frota marítima mercantil global, ou seja, as inovações tecnológicas necessárias deverão vir desses três países, já que dominam a produção de navios.
- O relatório aponta que os preços dos fretes podem continuar voláteis por causa de duas regulamentações ambientais que entraram em vigor em 2023, o *Energy Efficiency Existing Ship Index (EEXI)* e o *Carbon Intensity Indicator (CII)*.



Governança Global

02

No dia 5 de junho, aconteceu, na Alemanha, a **Conferência de Mudança Climática de Bonn também conhecida como a pré-COP**. O encontro faz parte do processo de abertura das negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e prepara as partes e observadores da sociedade civil para a COP 28, que acontecerá no final do ano em Dubai, nos Emirados Árabes. As decisões tomadas em Sharm El Sheik, cidade egípcia que sediou a COP 27, estão numa agenda de trabalho que foi renovada para implementar os objetivos traçados. Em Bonn, o detalhamento desta agenda está em discussão. O que será feito até 2026 e como será feito? A lição de casa do Brasil está baseada na adoção de sistemas de monitoramento das técnicas e tecnologias descarbonizantes na agropecuária, comprovando os avanços à medida que vão ocorrendo, através da implementação de políticas públicas sobre crédito agrícola que privilegiem modelos produtivos de intensificação da produtividade por hectare, usando a integração lavoura-pecuária e o plantio direto, sempre em busca de uma agropecuária de baixas emissões, mais bem adaptada e resiliente. Apesar de muitos impasses — pois os países desenvolvidos, principalmente o grupo da União Europeia, defendiam a inclusão do Programa de Mitigação na agenda, e os países menos desenvolvidos e o grupo dos países latino-americanos e caribenhos faziam questão da **inclusão das discussões sobre o financiamento climático** — os trabalhos em Dubai não começarão com uma página em branco. Nesse sentido, com foco especial nas discussões sobre mercado de carbono, os negociadores se debruçaram sobre o artigo 6 do Acordo de Paris para desenhar o processo de autorização, transferência, registro e rastreabilidade dos **“Resultados de Mitigação Internacionalmente Transferidos” (ITMOs)** e Reduções de Emissões do artigo 6.4.

03

Entre os dias 5 e 16 de junho, ocorreu a 111ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre os destaques decisórios está a recomendação aprovada acerca da qualidade do treinamento do sistema de aprendizagem que envolve os aprendizes. A recomendação traz *framework* de regulamentação visando a qualidade desse sistema em todas as empresas e setores. Traz ainda *frameworks* de tópicos em proteção, igualdade e diversidade e promoção da qualidade.

04

Julho foi marcado pelo **recorde de dia mais quente da história do planeta**; a temperatura atingiu 17,01°C e superou a maior temperatura anteriormente registrada, em agosto de 2016, de 16,92°C. No dia 06 de julho, a temperatura atingiu 17,23°C. O viés de alta, embora preocupe, não foi surpresa para os climatologistas, já que o mês de julho conjuga a chegada do fenômeno **El Niño** e o início do verão no hemisfério Norte. O El Niño está associado a temperaturas mais altas, além do aumento das chuvas em partes do sul da América Latina, no sul dos Estados Unidos, no Chifre da África e na Ásia Central, e pode causar secas na Austrália, Indonésia e em partes do sudeste asiático e da América Central.

Ainda assim, o mês de julho fechou batendo recordes preocupantes. O climatologista-chefe da Nasa, Gavin Schimidt, alertou que julho de 2023 potencialmente será o mês mais quente em “centenas, senão milhares de anos”, sendo que para 2024 se prevê piora do cenário com temperaturas mais elevadas do que este ano. O climatologista-chefe ainda afirmou que, embora o El Niño tenha influência, os recordes têm causas extras associadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), já que as **evidências estão revelando um efeito de elevação da temperatura sistêmico, isto é, generalizado**. O caráter sistêmico levou o secretário-geral da ONU, António Guterres, a afirmar que “A era da ebulição global chegou”. Essa nova “era” tem algumas características que precisam ser acompanhadas de perto pelas empresas, cada setor com sua particularidade, é claro, com base nos possíveis efeitos que podem ter nas operações, processos, ativos e recursos ou ambiente estratégico em geral. Um exemplo são os efeitos do calor sobre os materiais como ferro, aço e adesivos que podem alterar a eficácia de fixação, entre outras qualidades, sendo o elemento de análise, por exemplo, no setor de construção civil. Outro exemplo são os efeitos sobre os prêmios de seguros de ativos. Portanto, é importante pensar sobre impacto e oportunidades de inovação num cenário em que já se constata o mês de julho de 2023 como o mais quente dos últimos 120 mil anos.



Frameworks ESG e GRC

01

A Bravo Research, braço de inteligência e pesquisa da Bravo GRC, com apoio institucional da B3 e apoio técnico da ABC Associados, publicou um estudo sobre a evolução do conteúdo do questionário que embasa a entradas das empresas de capital aberto no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), consolidando o terceiro volume de seu Guia ESG. Para conferir o material na íntegra, acesse o link a seguir:

- [Baixar Estudo](#)

02

Em junho de 2023, foram aprovados para publicação dois *frameworks* da *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS)*, um sobre requisitos gerais de relato de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, o "*IFRS S1: General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*"; e outro sobre mudanças climáticas, o "*IFRS 2 Climate-Related Disclosures*". O IFRS S1 tem como objetivo a especificação dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que impactam a decisão do investidor, tanto no curto e médio quanto no longo prazo. Prevê o relato sobre os processos de governança, controle e procedimentos de monitoramento e gestão sobre tais temas; a abordagem estratégica usada pelas organizações face aos riscos e oportunidades identificados; visão sobre o processo de Gestão de Riscos, quais processos são usados para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; métricas e metas; em suma, a performance das organizações quanto ao progresso face aos três conteúdos anteriores. O IFRS S2 foca mais especificamente nos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. O conteúdo também se divide em governança, estratégia, Gestão de Riscos e métricas e metas. A relevância dessas duas publicações deriva da envergadura do IFRS, já que seu órgão principal, o *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, foi criado na COP26 após forte demanda do mercado. Tem ainda apoio do Grupo dos Sete (G7), do Grupo dos Vinte (G20) e da Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO), e as publicações passam por período de consulta entre stakeholders. O ISSB foi criado na consolidação entre o *IFRS Foundation*, o *Climate Disclosure Standards Board (CDSB)* e a *Value Reporting Foundation (VRF)*.

03

O Pacto Global da ONU, tendo em vista suas raízes, inclui 13 subtópicos de Direitos Humanos: (i) Liberdade de associação e o efetivo reconhecimento do direito ao acordo coletivo de trabalho; (ii) trabalho infantil; (iii) trabalho forçado; (iv) não discriminação em termos de emprego e profissão; (v) saúde e segurança do trabalho; (vi) condições de trabalho (salários, horas de trabalho); (vii) liberdade de expressão; (viii) acesso à cultura; (ix) acesso à água e saneamento; (x) segurança/privacidade digital; (xi) direitos de mulheres e/ou meninas; (xii) direitos de povos indígenas; (xiii) direitos de refugiados e migrantes. O último subtópico, **direitos de refugiados e migrantes**, tem sido cada vez mais conhecido no cenário brasileiro devido aos fortes movimentos migratórios dentro da América do Sul. A Comunicação de Progresso (CoP) do Pacto Global se preocupa em observar os compromissos existentes e a transversalidade desses compromissos quantos às normas existentes, a existência de comunicação com os stakeholders visando prevenção e proteção quanto a riscos/impactos, bem como o entendimento dos interesses das partes interessadas, além de se preocupar em entender se há treinamento para lidar com os subtópicos e como se dá o padrão de respostas às dificuldades enfrentadas. Em dezembro de 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o Pacto Global sobre Refugiados, focando em quatro objetivos: "diminuir a pressão em países de acolhimento, aumentar a autossuficiência dos refugiados, expandir o acesso a soluções de países terceiros e apoiar condições nos países de origem para o retorno com segurança e dignidade" (site do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR). Antes disso, em 2016, já havia sido aprovada a Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes, como um conjunto de compromissos. Nas décadas de 1950 e 1960, desenhava-se o regime internacional de proteção com o Estatuto do Refugiado e seu protocolo de 1967.

- No Brasil, em 2022, 67% das nacionalidades solicitantes da condição de refugiado foram venezuelanas, 10,9% cubanas e 6,8% angolanas. Ao todo, no ano de 2022 foram feitas 50.355 solicitações.
- Geografia Nacional: a Região Norte do país representou 57,8% das solicitações (principalmente venezuelanos, haitianos e cubanos); a Região Sudeste representou 26,2% das solicitações; o Sul, 9,5%; o Centro-Oeste, (3,9%); e o Nordeste, 1,2%. Nota-se, portanto, a importância das regiões Norte e Sudeste, somando 84% das solicitações (dados do relatório da OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais; "Refúgio em Números 2023").



Frameworks ESG e GRC

04

O *Global Reporting Initiative (GRI)* já lançou normas setoriais de relato do impacto para Petróleo e Gás; Cobre; Agricultura, Aquacultura e Pesca. Estão atualmente em andamento as normas para os setores Têxtil e Vestuário, e Mineração. O projeto para a criação de norma para o setor Financeiro começa ainda no segundo quadrimestre de 2023. Essas publicações fazem parte do Programa Setorial de normas de relato da Organização.



Regulamentações

01

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a proposta da B3 de obrigar as empresas de capital aberto a terem ao menos uma mulher ou um membro de "comunidades minorizadas" no Conselho ou na Alta Direção.

02

A União Europeia tem acelerado sua adaptação regulatória para lidar com temas emergentes críticos, como sustentabilidade e inteligência artificial, ambos integrados à governança.

03

Nos Estados Unidos, é um retrocesso a decisão da Suprema Corte, justamente na semana do Orgulho LGBTQIA+, de que evangélicos podem se recusar a fazer produtos para casais gays. E o Poder Judiciário nacional também deu mostras de anacronismo e **LGBTfobia**: o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) abriu uma reclamação, de caráter disciplinar, contra um juiz membro de seu quadro de funcionários que abriu edital para estagiários trans, travestis, gays e lésbicas, preferencialmente pretos. O TJBA, negando ação afirmativa advinda do processo seletivo direcionado e ao fomento à empregabilidade do público LGBTQIA+, vetou o edital. O juiz comentou o caso em entrevista à rádio local e, em razão disso, responderá ao processo administrativo disciplinar.

04

Novo Plano Diretor de São Paulo é aprovado na câmara municipal. Segundo críticas de associações de bairros e urbanistas, o plano fomenta a expansão da verticalização em áreas próximas aos metrô, trens e corredores de ônibus, abrangendo 700 m², contra os 600 m² aprovados anteriormente. Essa verticalização não estaria focada em públicos de baixa renda, mas sim em construções de alto padrão. O principal fundo que financia o Plano Diretor é o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (Fundurb).



Estratégias Empresariais, Investimento e Mercado Financeiro (ESG e GRC)

01

Em pesquisa elaborada pela *XP Research*, foram identificados 211 fundos ESG (sigla em inglês para questões ambientais, sociais e de governança corporativa) no Brasil. As teses de investimento focam no Norte e em energia sustentável. A emissão de títulos verdes tem potencial para ser uma das bases das teses de investimento. A estratégia climática já atrai capital e movimenta fundos de investimento com essa temática; chegaram ao Brasil o *BNP Paribas Energy Transition*, da gestora francesa *BNP Paribas Asset Management*, e o *Templeton Global Climate Change*, da americana Franklin Templeton. A aposta é que a retomada da procura por **diversificação dos portfólios seja benéfica para fundos com temática do clima**, em um momento em que os temas ESG estão em evidência. Ao mesmo tempo, o mercado financeiro passa por um choque com o movimento anti-ESG nos Estados Unidos, gerando impactos nas próprias empresas e em suas estratégias de sustentabilidade. As seguradoras, por exemplo, iniciaram um movimento de saída da Aliança Net Zero de Seguradoras sob pressão. Vemos outros dados, como o fato de que 75% dos investidores globais (segundo pesquisa da PwC) planejam parar de alocar capital em produtos anti-ESG, corroborando a solidez e coerência da emergência do tema. Há ainda muito caminho a ser trilhado no Brasil, já que 53% das empresas são consideradas infantis quanto ao mercado de carbono.

02

Todas as regulamentações, sejam elas nacionais ou internacionais, têm potencial em maior ou menor grau para impactar a lucratividade líquida e operacional das empresas. Em pesquisa elaborada pelo Santander, foram identificadas as empresas com **maior impacto da folha de pagamento em decorrência da Lei de Igualdade Salarial**, já aprovada. A magnitude de impacto depende diretamente da magnitude da diferença salarial e da quantidade de mulheres colaboradoras na empresa. As cinco empresas do Ibovespa que terão potencialmente maior impacto são: Lojas Renner (+9,8%), CCR SA (+7,6), Engie Brasil (+7,2), Itaúsa (+6,2) e Rede D'Or (+6,2). Em geral, 85,1% da população feminina com 14 anos ou mais está ocupada no setor de serviços, 10,7% na Indústria e 4,1% na Agropecuária (dados IBGE, 2019). Além do impacto financeiro, haverá o impacto operacional de esforços empenhados na elaboração e publicação de relatórios semestrais, para empresas com mais de 100 empregados, que deem transparência às diferenças salariais por cargo, e o impacto reputacional, que poderá ser positivo ou negativo, advindo desta publicidade. Ainda não foi publicado qualquer ato do Poder Público regulamentando a transmissão de informações contidas nos relatórios semestrais para a publicação em plataforma digital de acesso público. No entanto, é esperado um aumento na fiscalização sobre esse assunto perante as empresas.

03

Ciclo do lítio: o lítio, quando transformado em cátodos, é um dos componentes essenciais para a produção de baterias de **carros elétricos**. Estima-se que o fundo do mar tenha reservas de minérios e de lítio muito maiores do que a extensão terrestre não coberta por água, exatamente porque a proporção de oceanos é maior do que a terra. Nesse sentido, pesquisas voltadas ao conhecimento das jazidas, quantificação e impacto da mineração já estão em andamento. Paralelamente, há a necessidade premente de uma regulamentação que possa ser aplicada quando, e se, ocorrer a efetiva concordância para a **exploração mineral no fundo do mar**. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), criada em 1994, é um organismo da ONU sediado na Jamaica que tem como atribuição congregar os países signatários da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, organizar e controlar as atividades dos fundos marinho, dos oceanos e do subsolo. No mês de julho, em reunião da ISA para discutir a possibilidade de mineração no fundo do mar, as opiniões ficaram divididas, pois a mineração seria justificada para fomentar a eletrificação da frota de veículos leves e pesados, o que claramente beneficia o meio ambiente, porém, especialistas dizem que a magnitude do impacto da mineração no fundo do mar é incalculável, haja vista que o ambiente marinho é menos conhecido que a superfície da Lua. **Em terra firme, a mineração** de componentes envolvidos no ecossistema de eletrificação de frota representa uma grande chance de **recolocar a América Latina nos holofotes da industrialização**, porém, questões envolvendo as dificuldades da região como as incertezas causadas por falhas de segurança jurídica, infraestrutura deficiente e distância dos grandes centros compradores de produtos com valor agregado, podem dificultar essa perspectiva. Apenas em casos pontuais, como no **Brasil e no Chile**, há projetos para a instalação de indústrias de veículos elétricos e de baterias, e a **Argentina** está em negociações avançadas com a mineradora chinesa Zijin Mining para a construção de uma unidade que transformará algumas das enormes reservas de lítio do país em cátodos usados para fabricar baterias de veículos elétricos.

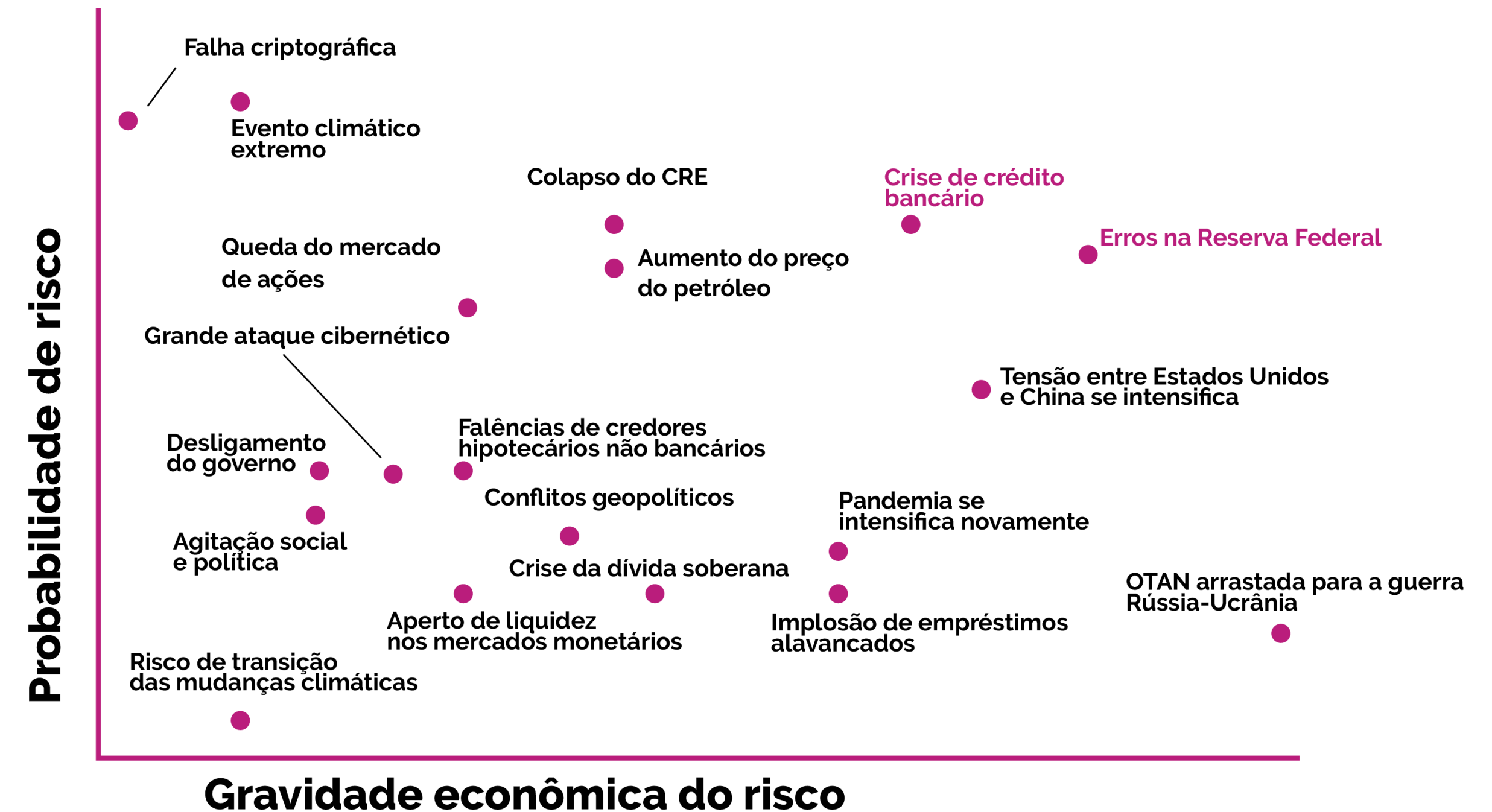


Gestão de Riscos e Governança Corporativa

01

Pesquisa: segundo pesquisa do *ACI Institute e do Board Leadership Center (iniciativas KPMG)*, tendo como universo as empresas listadas na Bolsa de Valores, os riscos regulatórios aparecem como prioridade para 96% dos participantes, seguidos dos riscos aos acionistas (93%), operacionais (92%) e jurídicos (90%). Com 87% - 89%, situam-se os riscos financeiros e de caixa, concorrência, estratégia e plano de investimentos. As mudanças internas regulatórias, como reforma tributária, entre outras categorias, são realmente acompanhadas mais de perto em transições de governo. Do ponto de vista internacional, tal como observa-se no gráfico a seguir, da *Global Association of Risk Professionals (GARP)*, atualmente muitos fatores impõem cenários de riscos às organizações e economias nacionais, variando sua probabilidade e severidade. Vemos que os riscos em vermelho, no quadrante superior direito, são vistos como mais ameaçadores; são o risco de contração de crédito (crise de crédito) e as decisões dos Bancos Centrais (adaptando), classificados como os mais ameaçadores por estarem entre as quatro maiores severidades no que se refere a impacto, e entre as cinco maiores probabilidades. Outros destaques são a fonte de risco da OTAN ser puxada para a Guerra na Ucrânia, considerada como baixa probabilidade, porém com alta severidade; e as tensões entre China e –EUA, que possuem probabilidade intermediária, mas são a terceira maior severidade entre os riscos elencados no gráfico. Observa-se que os riscos relacionados às mudanças e à transição climática se situam em nível baixo se comparados aos demais, o que pode ser explicado pelo fato de que seus efeitos, supondo sua materialização, terão maior materialidade em médio e longo prazo, ainda que economias nacionais e organizações tenham que iniciar suas estratégias de adaptação e mitigação desde já, dependendo do seu sucesso na inserção deste *timing*.

Economias são vulneráveis a múltiplos riscos



Fonte: Moody's Analytics, artigo GARP (Global Association of Risk Professionals)



Gestão de Riscos e Governança Corporativa

02

Como reação aos problemas de fornecimento na cadeia de suprimentos internacionais em decorrência não somente da pandemia, mas também dos riscos emergentes face aos novos paradigmas de relações entre países ocidentais, Rússia e China, algumas empresas vêm optando pelo “*nearshoring*”, uma estratégia que visa diminuir os riscos de fornecimento de recursos nas operações. Na prática, pressionadas pelos próprios clientes, algumas empresas têm optado por adquirir ou alugar imóveis e fábricas nos países do Leste europeu, Reino Unido, França e Alemanha. Segundo relatório da Cushman & Wakefield, essa prática aumentou 29% em 2022. A partir da década de 1980, empresas norte-americanas e europeias passaram a transferir parte de suas operações para a China com o objetivo de redução dos custos de produção, em particular, referentes à mão de obra. Na esteira das reformas implementadas por Deng Xiaoping, Líder Supremo da China entre 1976 e 1997, bem como de outros momentos importantes, como o Acordo do Plaza de 1985, conhecido como “*soft landing* do dólar”, a Ásia de maneira geral passou a ser central na Divisão Internacional das cadeias de produção e consumo.

03

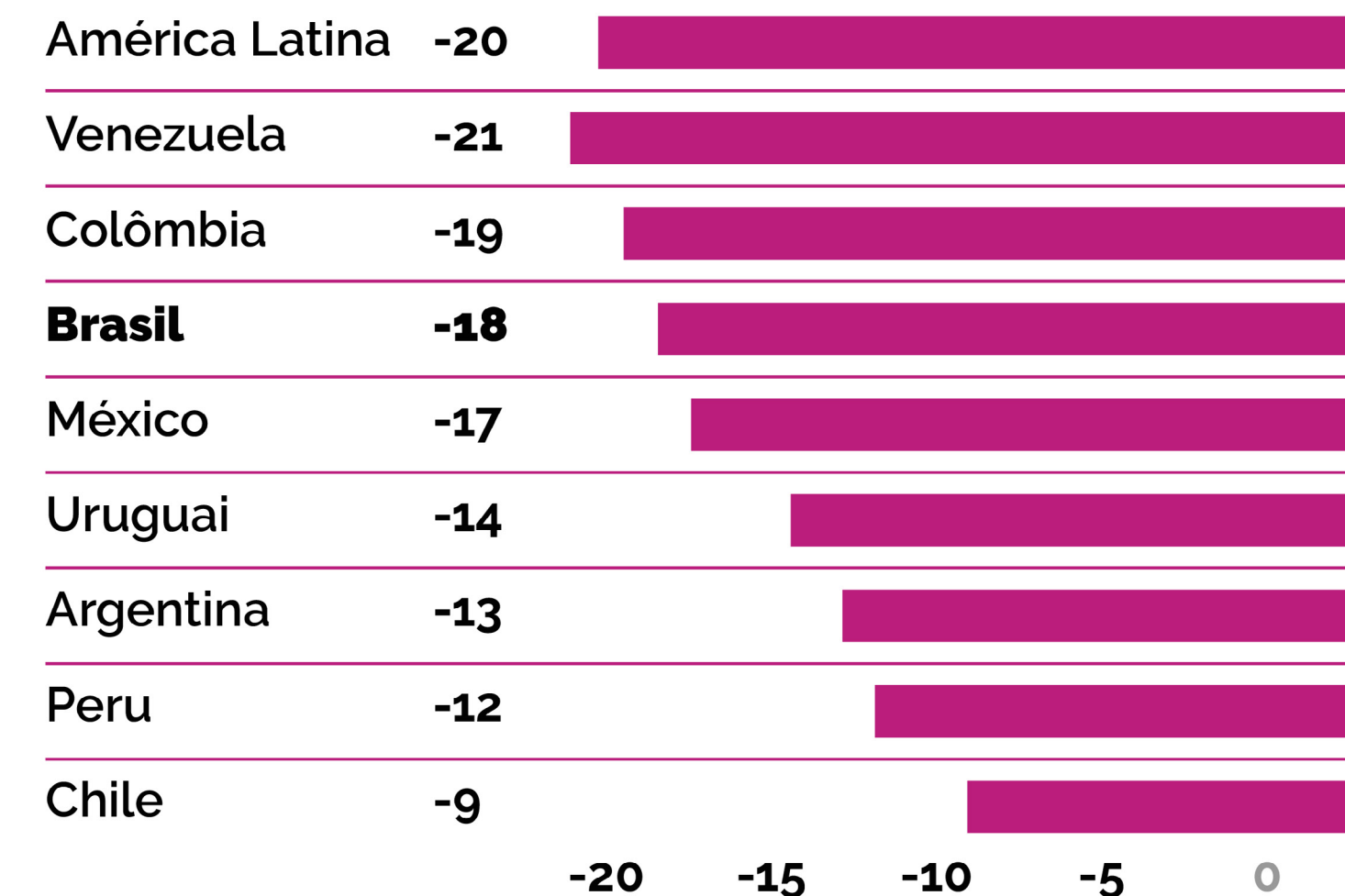
Riscos reputacionais por derrapadas em E, S e G são reais e, em tempos de redes sociais, acontecem todos os dias com empresas pequenas, médias e grandes. Os riscos estão associados à operação, à cadeia de valor, à postura dos seus colaboradores e à postura de quem é a cara da sua marca. Além das derrapadas, o *greenwashing*, especificamente no que tange ao E, tem especial poder de ser nocivo a reputações, e assim, as empresas têm sido cada vez menos assertivas nas divulgações de suas metas; com isso, todos perdem. Além das empresas, o risco reputacional afeta também os governos; é o que se vê na imagem do Brasil em relação à retomada de sua posição de responsabilidade com a preservação e conservação ambiental. O último governo interrompeu uma tradição de preocupação com meio ambiente presente na política interna e externa desde a redemocratização. **Uma vez arranhada a reputação, é necessário muito empenho para reverter o quadro;** é o que fica em flagrante na declaração do ministro de Clima e Meio Ambiente da Noruega, a quem os danos políticos e operacionais decorrentes do esvaziamento dos poderes e atribuições do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima brasileiro preocupa, mas não surpreende. Em virtude do encaminhamento dado nos últimos anos, seriam necessárias ações muito mais robustas nos primeiros meses deste governo para, de fato, reverter a imagem do Brasil no exterior no que se refere ao seu comprometimento com a pauta ambiental e climática.

04

Impacto da inação na temática do clima no PIB da América Latina: as projeções da agência de classificação de risco Moody's apontam que pode haver, até 2060, **uma redução de até 16% no PIB dos países da região, caso medidas de mitigação e adaptação aos impactos provocados pelas mudanças climáticas em curso não sejam tomadas.** A agropecuária é um dos setores mais impactados por secas severas, enchentes fora de estação, desequilíbrio do ecossistema de predadores, pragas, vetores e insetos que atacam rebanhos e plantações. O relatório do Banco Mundial de 2020 previu impactos negativos na produção e distribuição de alimentos já a partir de 2050, quando a estimativa é que o mundo atinja a marca de 9 bilhões de pessoas. Os impactos já são reais e palpáveis no mercado brasileiro de seguro agrícola, em virtude do valor das indenizações pagas em 2022 ao segmento, de R\$ 10,5 bilhões, o que representa uma alta de quase 50% em relação ao ano anterior (2021). Segundo o diretor do Departamento de Gestão de Riscos do Ministério da Agricultura, ao menos duas das 17 seguradoras habilitadas para ofertar seguro rural no país não estão operando produtos para o campo neste ano.

Impacto das mudanças climáticas no PIB*

Perdas econômicas até 2100 se países não fizerem nada - em %



Fonte: Moody's Analytics

*Projeção



Gestão de Riscos e Governança Corporativa

05

A adoção da nova diretiva da União Europeia (UE) sobre **Diligência Prévia de Sustentabilidade Corporativa** marca um ponto de virada na governança empresarial dentro da UE. Baseada nas leis francesas do dever de vigilância e do combate à corrupção (*Loi Sapin II*), a diretiva estabelece regras abrangentes que promovem a responsabilidade corporativa e se aplica a empresas sediadas, controladas e com faturamento relevante gerado na UE. **A diretiva define regras claras de diligência prévia que abrangem direitos humanos e meio ambiente, com o objetivo de abordar preocupações como trabalho infantil, escravidão, exploração trabalhista, poluição, degradação ambiental e perda de biodiversidade.** As regras também se estendem aos parceiros da cadeia de valor das empresas.

research +

Responsáveis pelo Conteúdo desta edição:

Pesquisadora Líder da Research+:

Ísis Campos Camarinha, Ph.D. em Economia Política Internacional e
Analista de Research da Bravo GRC

Colaboraram nesta edição:

Suelen Zacharias (Head da Bravo Research) e
Ana Cláudia Lazzari Rodrigues de Castro (Especialista em ESG e Consultora da Bravo GRC)

Revisão realizada pelo time de Comunicação da Bravo GRC:

Gabriela Favacho e
Stella Maya

Diagramação:

Douglas Dias

